



PROGRAMAS EDUCACIONAIS: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL¹

Danielle Sales Pinto²

Carolina Elisa Suptitz³

“Se a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente artigo reúne informações sobre o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil em prol da diminuição da desigualdade social. Primeiramente aborda-se a desigualdade em nosso país e a importância de investimentos para a melhoria da educação, em segundo plano, reúne-se informações sobre a criação e os impactos dos programas FIES, PROUNI e SISU na inclusão das classes desfavorecidas no ensino superior.

Palavras chave: Programas Educacionais. Ensino Superior. Inclusão.

INTRODUÇÃO

A desigualdade social é uma realidade encontrada em todos os lugares do mundo. Diariamente, mecanismos são utilizados para combatê-la e garantir oportunidades iguais para todos. Dessa forma, os cidadãos conseguiram obter seus singulares objetivos.

¹ O presente artigo foi elaborado como instrumento de avaliação da disciplina de Metodologia da Pesquisa e do Direito da Faculdade de Direito de Santa Maria (FADISMA)

² Autora. Acadêmica do primeiro semestre do curso de Direito da FADISMA. Endereço eletrônico: danisales84@hotmail.com

³ Orientadora. Mestre em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio Sinus (UNISINUS), graduada em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)



Diante desse fato e visando encontrar tais mecanismos, o primeiro capítulo demonstra brevemente o quadro de desigualdade social existente no Brasil e a importância da educação como forma de diminuir o tratamento dispensado às classes desfavorecidas através de programas educacionais. A exposição do tema será assunto do segundo capítulo, abordando o impacto das políticas públicas no cenário de educação brasileira.

Considerando as conquistas obtidas pela sociedade no contexto educacional através do decorrer dos anos, buscou-se demonstrar a importância da atuação do governo em prol de melhorias na educação, sendo que, a partir de investimentos constantes em tal área, estaremos cada dia mais perto de obter uma igualdade plena no que tange às oportunidades de ingresso ao ensino superior.

1 A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

Diariamente são frequentes as situações nas quais pessoas estão catando no lixo materiais recicláveis para garantir o seu sustento, ou até mesmo, restos de comida para alimentar-se. São cenas desse tipo que nos demonstram o quão gritante ainda é, em pleno século XXI, a desigualdade social em nosso país.

Essa desproporcionalidade social no Brasil não é derivada apenas do modelo econômico, o capitalismo – que geralmente remete à desigualdade entre grupos-, mas também de uma raiz cultural. Um exemplo claro dessa é a escravidão, onde o Brasil foi o último país a abolir esse sistema e após isso os alforriados não tinham meios para sustentar-se. Com isso obrigavam-se a permanecer trabalhando nos engenhos, muitas vezes por apenas um prato de comida (SILVA; SOUSA JUNIOR, 2012). Assim, a desigualdade é descrita de uma forma simples e clara: ocorre quando uma pequena parte da população detém uma grande riqueza e a maioria não tem nem mesmo o básico para sua sobrevivência (CAMARGO, 2014).



Segundo Rousseau, a desigualdade tende a ser contínua, isso significa que uma pessoa descendente de uma família de classe média terá menos oportunidades de acesso à educação de qualidade do que uma pessoa descendente de uma família rica. Com base nessa reflexão de Rousseau, podemos contatar que é necessário um incentivo maior para as pessoas de baixa renda para que consigam ter acesso aos meios necessários para atingir sua máxima de felicidade (*apud* CAMARGO, 2014).

Através da desigualdade surge a exclusão social, na qual as pessoas não têm a menor oportunidade na vida, nem de estudo, saúde, muito menos dignidade e é por meio desses fatores que surgem outros problemas como o alto índice de criminalidade. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2010, realizou uma pesquisa na qual o Brasil aparece com o terceiro pior índice de desigualdade no mundo, e, entre as causas, está a falta de acesso à educação de qualidade (LÚCIO, 2014).

Através dos dados acima explicitados, vemos o quão importante é diminuir e/ou até mesmo extinguir a desigualdade social de um país, e que a forma mais eficaz para isso é o investimento na educação. Esse investimento deve ser feito de modo que permita às classes desfavorecidas o acesso à educação, na qual daremos ênfase ao ensino superior.

2. AS CONTRIBUIÇÕES DO FIES, PROUNI E SISU PARA O COMBATE À EXCLUSÃO SOCIAL

Nos últimos anos o governo federal vem desenvolvendo vários programas em prol da diminuição da desigualdade social. São exemplos disso programas como o Bolsa Família, Minha casa Minha Vida, Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAP), Pronatec, Ciência sem Fronteiras, entre outros. Visando o aumento da inserção de jovens e adultos no ensino superior foram criados programas educacionais que



possibilitam o ingresso de pessoas de baixa renda em instituições da rede pública e privadas particulares.⁴

No presente artigo aborda-se a criação e os impactos dos programas FIES, PROUNI e SISU. Porém, antes de iniciarmos um estudo mais aprofundado sobre os referidos, deve-se saber que as condições para que o estudante possa concorrer a uma vaga em qualquer desses programas inicia com a exigência da renda mensal inferior a três salários mínimos e ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sendo sua seleção concretizada através das notas obtidas em tal exame (KAULING *et. al.*, 2010).

No governo FHC (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002) foram criadas várias medidas para o desenvolvimento e inserção de mais estudantes no ensino superior, entre elas está o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). O programa se dedica a emprestar dinheiro para os alunos que não tem condições de pagar os custos totais das mensalidades das suas faculdades (HERMIDA, 2012). O FIES ofereceu, entre 1999 a 2004, financiamento para 70.000 estudantes anualmente, e, de 2005 até a atualidade, 100.000 vagas. A partir desses dados podemos analisar a importância desse programa para a educação brasileira, sendo que mesmo não conseguindo a aprovação em universidades federais, um jovem de baixa renda pode ingressar no ensino superior (KAULING *et. al.*, 2010).

Em sequência, no ano de 2003 assumiu o poder Luiz Inácio Lula da Silva, que teve como maior desafio realizar a Reforma Universitária. Em face dessa meta Tarso Fernando Herz Genro foi investido no Ministério da Educação (MEC) e assumiu como tarefa prioritária realizar tal Reforma. (DOS SANTOS; DE CERQUEIRA, 2009).

Com a passagem de Tarso no MEC foi apresentado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que instituía a política de reserva de vagas para egressos de escolas públicas, negros e indígenas nas instituições públicas de ensino superior e criou, por

⁴ Os dados acima expostos foram retirados do seguinte endereço eletrônico: <http://www.programadogoverno.org>.



meio de Medida Provisória, o Programa Universidade Para Todos (Prouni) (DOS SANTOS; DE CERQUEIRA, 2009).

O Prouni é um programa do Ministério da Educação o qual foi criado pelo Governo Federal em 2004. Consiste na reserva de vagas em instituições privadas para estudantes de baixa renda egressos do ensino médio em escolas públicas ou na rede particular em condição de bolsista integral. As instituições que integrarem-se ao programa serão contempladas com a isenção de tributos.⁵

Nesse sentido, Faceira (2004, p. 1) afirma que “o ProUni consiste numa política pública voltada à garantia do acesso, permanência e produtividade acadêmica desses estratos da população no ensino superior e, conseqüentemente, contribuindo para a sua inclusão social”.

Segundo informações disponibilizadas pelo portal do MEC (2014), o Prouni já contemplou, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2013, mais de 1,2 milhão de estudantes, sendo 69% com bolsas integrais. Os candidatos contemplados com bolsa parcial tem a possibilidade de utilizarem o FIES para o financiamento do restante do curso.

Outro programa desenvolvido com o mesmo fim é o Sistema de Seleção Unificada (SISU), criado em 2009, durante o mandato da presidenta Dilma Rousseff, e trata-se de um sistema gerenciado pelo MEC⁶. Segundo o que está expresso na Portaria Normativa MEC nº21 de 2012, em seu art. 2º, o SISU “consiste na seleção de estudantes a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de ensino superior que dele participarem”.

O número de inscritos no SISU vem aumentando cada vez mais, sendo que em 2010 inscreveram-se cerca de 793 mil estudantes e em 2014 2,3 milhões, fato

⁵ Os dados acima foram retirados do seguinte endereço eletrônico: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124>.

⁶ Os dados acima foram retirados do seguinte endereço eletrônico: <<http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas#conhecendo>>.



este que demonstra o êxito que o programa tem alcançado⁷. Seu sucesso demonstra que o aumento não é apenas do número de inscritos, mas também, do número de instituições adeptas ao programa, das quais atualmente fazem parte 115 instituições públicas⁸, e dentre essas 61 já ofereceram 50% das vagas reservadas para cotistas⁹.

São medidas como as citadas acima que irão contribuir para que os cidadãos tenham qualificação para concretizar seus sonhos e auxiliar na construção de um país mais igualitário, minimizando as diferenças sócias existentes atualmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na investigação realizada percebeu-se a importância da criação de programas educacionais que possibilitem o acesso à educação, em especial ao ensino superior, pela população mais pobre, sendo que desse modo ocorrerá à diminuição da desigualdade social em nosso país.

São explícitas as melhorias causadas pelos programas educacionais FIES, PROUNI e SISU, de modo que a cada ano que passa aumenta o número de jovens incluídos no ensino superior. Entre esses encontram-se não apenas jovens de classe média alta, mas também jovens integrantes das classes mais desfavorecidas e esse fato é um grande avanço para nosso país.

⁷ Os dados acima explicitados foram retirados do seguinte endereço eletrônico: : <http://informado.org/sisu/> e <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/no-ultimo-dia-do-sisu-numero-de-inscritos-passa-de-23-milhoes.html>.

⁸ Segundo o Portal do MEC a Lei nº 12.711/12, garante a reserva de 50% das vagas por curso e turno nas universidades e institutos federais de educação, a jovens e adultos que concluíram o ensino médio em escolas públicas.

⁹ Os dados acima explicitados foram retirados do seguinte endereço eletrônico: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/no-ultimo-dia-do-sisu-numero-de-inscritos-passa-de-23-milhoes.html>>.



Perante os dados expostos percebe-se que ainda há muito que avançar em face da diminuição das desigualdades sociais, e o mais importante é continuar de forma persistente para concretizar tal redução.

REFERÊNCIAS

No último dia do sisu, número de inscritos passa de 2,3 milhões. G1 educação, são paulo, 10 jan. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/01/no-ultimo-dia-do-sisu-numero-de-inscritos-passa-de-23-milhoes.html>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. PDE. Prouni. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124>. Acesso em: 30 maio 2014.

_____. Ministério da Educação. Conhecendo o Sisu. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas#conhecendo>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. Entenda as cotas para quem estudou todo o ensino médio em escolas públicas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. Portaria Normativa MEC nº21, de 5 de novembro de 2012. Sistema de Seleção Unificada – Sisu. Disponível em: <<http://static07.mec.gov.br/sisu/portal/data/portaria.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

CAMARGO, Orson. Desigualdade Social. Brasil Escola. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/sociologia/classes-sociais.htm>> Acesso em: 13 maio 2014.

FACEIRA, Lobelia da Silva. Programa Universidade Para Todos: Política de Inclusão Acadêmica e Social? Novo Enfoque, Rio de Janeiro, v. 7, n. 7, set. 2008. Disponível em: <<http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoque/edicao/artigos/7>> Acesso em: 20 maio 2014.

HERMIDA, Jorge Fernando. A reforma educacional na era FHC (1995/ 1998 e 1999/2000): duas propostas, duas concepções. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, 2012. Anais IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.48.pdf>. Acesso em: 25 maio 2014.



KAULING, Flávio Augusto Serra, et al. Acesso à educação superior no Brasil: o desafio da inclusão dos jovens brasileiros segundo o PNE. In: X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitária en América del Sur, 2010. Anais X Colóquio Internacional sobre Gestión Universitária en América del Sur: Balance y prospectiva de la Educación Superior en el marco de los Bicentenarios de América del Sur. Mar del Plata: UNMdP, 2010. Disponível em: <http://www.inpeau.ufsc.br/wp/wp-content/BD_documentos/coloquio10/162.pdf>. Acesso em: 15 maio 2014.

LÚCIO, Charlyson Willian Freitas. Desigualdade Social. Disponível em:< http://desigualdade-social.info/mos/view/Desigualdade_Social_no_Brasil/> Acesso em: 13 maio 2014

Programas do governo. Disponível em: < <http://www.programadogoverno.org/>> Acesso em: 25 maio 2014.

SILVA, Cristiane Freitas da; SOUSA JUNIOR, Airton Silva de. Pobreza e desigualdade no Brasil: uma análise da contradição capitalista. In: VII Congresso Português de Sociologia da Universidade do Porto, 2012. Anais do VII Congresso Português de Sociologia: sociedade, crises e reconfigurações. Portugal: UP, 2012. Disponível em: < http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP0692_ed.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.

SISU – O que é e como funciona. Disponível em:< <http://informado.org/sisu/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.